

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("OHL Brasil" ou "Companhia") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

■ Perfil

O grupo OHL Brasil desempenha importante papel no setor de infraestrutura rodoviária brasileira, sendo responsável por investimentos direcionados à melhoria, ampliação, conservação e operação de rodovias, no âmbito dos programas de concessão do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal. A OHL Brasil através de suas concessionárias opera e administra 3.228 quilômetros de estradas, que interligam o principal polo econômico do País – situado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina – caracterizado por sua elevada densidade demográfica. Ao todo são nove concessionárias, quatro estaduais e cinco federais, todas empresas de capital aberto, controladas em 100% pela OHL Brasil – Autovias S.A. (Autovias), Centrovias S.A. (Centrovias), Intervias S.A. (Intervias), Vianorte S.A. (Vianorte), Autopista Fernão Dias S.A. (Fernão Dias), Autopista Fluminense S.A. (Fluminense), Autopista Litoral Sul S.A. (Litoral Sul), Autopista Planalto Sul S.A. (Planalto Sul) e Autopista Régis Bittencourt S.A. (Régis Bittencourt). A Companhia detém ainda o controle das empresas Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (Latina Manutenção), Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (Latina Sinalização), e Paulista Infraestrutura Ltda. (Paulista Infraestrutura), sociedades criadas com fins de fiscalização, gerenciamento de obras e manutenção de rodovias, além de participação acionária de 4,68% na STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., empresa que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágios.



■ Setor de Concessões Rodoviárias

Em 31 de dezembro de 2011, existiam no Brasil 53 concessões rodoviárias entre estaduais, federais e municipais, além de Parcerias Público-Privada (PPPs), com aproximadamente 15 mil quilômetros administrados pela iniciativa privada. Segundo o Relatório Anual da ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, em 2010, 1,4 bilhão de veículos foram pagados, e no mesmo período, estas concessionárias faturaram R\$10,9 bilhões com a cobrança de pedágios, gastaram R\$3,3 bilhões com despesas operacionais, R\$2,6 bilhões foram pagos ao Poder Concedente e R\$3,5 bilhões foram investidos na ampliação, recuperação, manutenção e modernização das rodovias. A Companhia acredita que, para acompanhar o crescimento econômico brasileiro, é fundamental a melhoria das vias de transporte. Os adventos da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016 deverão acelerar os processos de licitação no país e, consequentemente, gerar novas oportunidades de projetos de infraestrutura para o setor.

■ Conjuntura Econômica

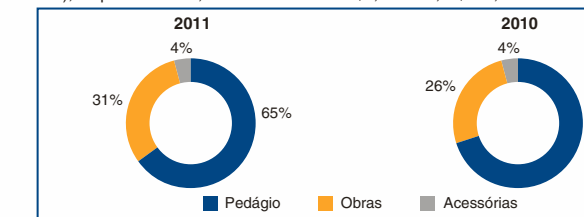
A OHL Brasil é diretamente afetada pelas condições econômicas gerais do Brasil e a evolução de seus negócios está geralmente relacionada com a conjuntura da economia brasileira, em especial às taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e variações do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2011, o desempenho da economia apresentou queda gradativa ao longo do ano. No acumulado do período, o resultado foi positivo, porém substancialmente inferior ao observado no fechamento do ano de 2010. O PIB registrou, segundo o IBGE, crescimento de 2,7% em 2011, significativamente abaixo dos 7,5% registrados em 2010. Em 2011, o setor industrial não apresentou expansão equivalente ao observado no ano anterior, com apenas 1,6% frente aos 10,1% de crescimento em 2010, segundo dados do IBGE. Por outro lado, segundo dados da ABCR, a expansão do PIB do Agronegócio (+3,9%), além do aumento das importações, contribuíram para a elevação do tráfego nas rodovias administradas pela Companhia, compensando em parte o reduzido crescimento da produção industrial. No final do ano, como reflexo do cenário macroeconômico nacional e internacional, o Banco Central (BACEN) atualizou reduzindo a taxa básica de juros para 11,0% na última reunião realizada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) em 2011. Tal fato deu-se por conta da já mencionada queda gradativa da atividade econômica ao longo do ano, e pelos efeitos que a crise financeira europeia trouxe à economia brasileira. Especificamente, em relação ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o ano de 2011 acumulou alta de 5,1% frente à alta de 11,3% verificada em 2010. Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cresceu de 5,9% em 2010 para 6,5% em 2011. Esses índices foram utilizados no cálculo do reajuste tarifário dos pedágios administrados pelas empresas do grupo, impactando, dessa forma, a arrecadação da Companhia.

■ Destaques 2011

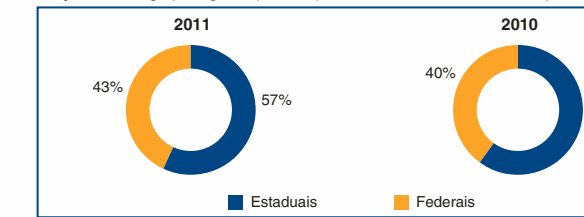
Táfego, Receita e EBITDA apresentaram crescimentos expressivos: A Companhia apresentou em 2011 um tráfego pedagiado de 669,4 milhões de veículos equivalentes, 12,2% superior aos 596,5 milhões de veículos em 2010. As receitas de pedágio, acompanhando o crescimento do tráfego, foram de R\$1,9 bilhão, 16,4% superiores ao valor de R\$1,6 bilhão apresentado em 2010. O EBITDA e o EBITDA Ajustado também apresentaram crescimento na comparação ano contra ano. Em 2011, a Companhia registrou EBITDA de R\$1,0 bilhão, 21,3% superior aos R\$834,2 milhões registrados em 2010. Já o EBITDA Ajustado, que considera a provisão para manutenção de rodovias, apresentou alta de 21,9% frente a 2010, com um total de R\$1,2 bilhão. **Conclusão dos financiamentos de longo prazo das concessionárias federais:** Ao longo de 2011, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concedeu aprovação à concessão de colaboração financeira de longo prazo às concessionárias: Autopista Planalto Sul, Autopista Fernão Dias, Autopista Litoral Sul e Autopista Fluminense, concluindo assim todo o processo de concessão de linhas de crédito de longo prazo das concessionárias federais. O crédito total do BNDES para as cinco concessões federais foi de R\$3,7 bilhões, dos quais foram desembolsados R\$1,4 bilhão até 31 de dezembro de 2011. **Intensificação dos investimentos nas concessionárias federais:** Desde 2008, já foram investidos R\$2,5 bilhões nas concessões federais, sendo R\$835,0 milhões ao longo do ano de 2011. Algumas liberações de licenciamentos ambientais para obras de grande importância foram concedidas ao longo do ano, dentre as quais se destacam: Duplicação de 59,6 km da BR 101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos de Goytacazes; construção da segunda etapa do Contorno de Betim (MG), via com cerca de 9 km de extensão; construção dos trechos inicial e final da segunda pista da Serra do Caizal (BR 116/SP), com 11 km de extensão, na altura dos municípios de Jujuí e Miracatu e; duplicação de 25 km da BR-116, entre Curitiba e Mandrituba.

■ Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Bruta de Serviços: No exercício de 2011, a receita bruta consolidada atingiu o valor de R\$2,9 bilhões, apresentando crescimento de 23,8% em relação ao ano anterior. Esse total é composto por receitas de pedágio, receita de obras e outras receitas (acessórias, conservação e pavimentação de rodovias), respectivamente, nos montantes de R\$1,9 bilhão, R\$896,2 milhões e R\$104,6 milhões.



Receita de Pedágio: A Receita de pedágio consolidada totalizou R\$1,9 bilhão no ano, crescimento de 16,4% em relação a 2010. As concessionárias estaduais foram responsáveis por cerca de 56,9% da arrecadação de pedágios, encerrando o exercício de 2011 com R\$1,1 bilhão (+11,3%), enquanto as concessionárias federais avançaram 24,0%, terminando o ano com R\$817,9 milhões, crescendo sua participação na arrecadação de 40,4% em 2010 para 43,1% em 2011. O crescimento da receita de pedágio consolidada no exercício de 2011 em comparação a 2010, foi resultado, principalmente, da evolução do tráfego pedagiado (+12,2%) e do aumento da tarifa média praticada (+3,7%).



Táfego Pedagiado: No exercício, o tráfego pedagiado totalizou 669,372 mil veículos equivalentes, 12,2% superior ao ano de 2010.

| Veículos Equivalentes (Mil) | 2011 | 2010 | Var% |
|-----------------------------|----------------|----------------|--------------|
| Estaduais | 182.180 | 158.440 | 14,3% |
| Autovias | 42.931 | 41.850 | 2,6% |
| Centrovias | 47.642 | 29.265 | 62,8% |
| Intervias | 58.534 | 56.859 | 2,9% |
| Vianorte | 33.073 | 31.466 | 5,1% |
| Federais | 487.193 | 437.044 | 11,5% |
| Planalto Sul | 27.969 | 26.697 | 4,8% |
| Fluminense | 46.778 | 43.492 | 7,6% |
| Fernão Dias | 153.191 | 121.657 | 25,9% |
| Régis Bittencourt | 143.705 | 136.159 | 5,5% |
| Litoral Sul | 115.550 | 109.039 | 6,0% |
| Total | 669.372 | 596.484 | 12,2% |

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado para 2011 das empresas do Grupo:

| Sociedades do Grupo (R\$ mil) | Receita Líquida | | | Custos e Despesas* | | | EBITDA | Margem EBITDA Ajustado |
|---|-------------------------|----------------------|------------------|--------------------------------|------------------------------------|--------------------|------------------|------------------------|
| | Receita de Serviços (A) | Receita de Obras (B) | Total (A+B) | Custos dos Serv. Prestados (A) | Custos dos Serv. de Construção (B) | Total (A+B) | | |
| Estaduais | 996.079 | 32.542 | 1.028.621 | (369.574) | (32.542) | (402.115) | 626.506 | 75,8% |
| Planalto Sul | 78.131 | 121.940 | 200.071 | (50.295) | (121.940) | (172.235) | 27.836 | 16,0% |
| Fluminense | 117.751 | 97.155 | 214.906 | (60.970) | (97.155) | (158.126) | 4.987 | 28,5% |
| Fernão Dias | 182.605 | 209.365 | 391.970 | (109.149) | (209.365) | (318.514) | 73.456 | 20,7% |
| Régis Bittencourt | 223.432 | 266.507 | 489.939 | (97.503) | (266.507) | (364.009) | 125.930 | 27,1% |
| Litoral Sul | 144.337 | 168.725 | 313.062 | (84.039) | (168.725) | (252.763) | 60.299 | 6,25% |
| Federais | 746.256 | 863.691 | 1.609.947 | (401.955) | (863.691) | (1.265.647) | 344.301 | 23,2% |
| Total Concessionárias | 1.742.335 | 896.233 | 2.638.568 | (771.529) | (896.233) | (1.667.762) | 970.806 | 43,7% |
| OHL Holding Construtoras | - | 379.917 | 379.917 | - | (323.808) | (323.808) | 56.109 | 14,8% |
| Outras Sociedades e eliminações para consolidação | - | (306.365) | (306.365) | - | 306.365 | 306.365 | - | 0,0% |
| Total Consolidado | 1.742.335 | 969.785 | 2.712.120 | (786.317) | (913.876) | (1.699.993) | 1.012.127 | 44,1% |

* Exclui depreciação e amortização.

■ Resultado Financeiro

| Resultado Financeiro (R\$ mil) | 2011 | 2010 | Var% |
|-------------------------------------|------------------|------------------|----------------|
| Receitas Financeiras | 156.510 | 92.647 | 68,9% |
| Despesas Financeiras | (363.658) | (310.577) | 17,1% |
| Encargos financeiros | (313.583) | (236.154) | 32,8% |
| Atualização monetária do ônus fixo | (34.883) | (55.149) | -37,1% |
| Outras despesas | (15.392) | (19.274) | -20,1% |
| Variação Cambial Líquida | (61) | 32 | -290,6% |
| Resultado Financeiro Líquido | (207.209) | (217.898) | -4,9% |

As receitas de pedágio de 2011 foram impactadas positivamente pelos efeitos da abertura da última praça de pedágio da Autopista Fernão Dias, na região de Mairiporã (+25,9%) e da cobrança em dois sentidos em 4 praças de pedágio da concessionária Centrovias (+62,8%). A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2011 foi de 62,1% de veículos pesados e 37,9% de veículos leves nas concessões estaduais; e 74,8% de veículos pesados e 25,2% de veículos leves nas concessões federais.

Tarifa Média: Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

| Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.) | 2011 | 2010 | Var% |
|---------------------------------|-------------|-------------|--------------|
| Estaduais | 5,93 | 6,09 | -2,6% |
| Autovias | 6,25 | 5,83 | 7,3% |
| Centrovias | 5,66 | 8,15 | -30,6% |
| Intervias | 5,13 | 4,79 | 6,9% |
| Vianorte | 7,34 | 6,88 | 6,8% |
| Federais | 1,68 | 1,51 | 11,2% |
| Planalto Sul | 3,11 | 2,91 | 6,9% |
| Fluminense | 2,78 | 2,59 | 7,4% |
| Fernão Dias | 1,30 | 1,11 | 17,5% |
| Régis Bittencourt | 1,70 | 1,50 | 13,4% |
| Litoral Sul | 1,36 | 1,19 | 13,6% |
| Total | 2,84 | 2,73 | 3,7% |

De acordo com o previsto nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio foram reajustadas seguindo os critérios dos contratos e de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), no caso das concessionárias estaduais e do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso das concessionárias federais. Os crescimentos das tarifas médias das concessionárias Autovias, Intervias e Vianorte são explicados pelo reajuste contratual ainda com base no IGP-M. O reajuste acontece sempre no primeiro dia do mês de julho de cada ano do contrato de concessão. Na concessionária Centrovias, apesar do reajuste contratual, a tarifa média apresentou redução de 30,6% em função da mudança na forma de cobrança de pedágio (bidirecional) para os dois sentidos em 4 praças, reduzindo em 50% a tarifa praticada em tais praças. Já as concessionárias federais reajustaram suas tarifas básicas de pedágio uma vez ao ano pela variação acumulada do IPCA, considerando o critério de arredondamento na primeira casa decimal. Os reajustes nas concessionárias Fluminense e Litoral Sul ocorrem sempre no mês de fevereiro, enquanto nas concessionárias Fernão Dias, Régis Bittencourt e Planalto Sul o mesmo acontece em dezembro. Em 2011, a tarifa média geral registrou alta de 3,7% em função dos reajustes contratuais, mesmo considerando-se a queda expressiva da tarifa média da Centrovias (-30,6%). **Eventos Subsequentes:** Alteração do Indexador de Tarifa nas Concessões Estaduais: Em janeiro de 2012 foi oficializada pela ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo) a alteração do indexador para reajuste das tarifas de pedágio. O IGP-M foi substituído pelo IPCA como base para os reajustes das tarifas de pedágio das concessionárias estaduais. A apuração de possível desequilíbrio econômico-financeiro será no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), podendo tal periodicidade ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano. **Meios Eletrônicos:** A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 60,3% em 2011, contra 56,4% no ano anterior. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 42,7% contra 35,7% em 2010. Receita de Obras: Em 2011, a receita de obras cresceu 45,1% em relação ao ano passado, passando de R\$617,8 milhões para R\$896,2 milhões sendo que 96,4% dessas obras foram realizadas nas concessionárias federais em razão da maior quantidade de investimentos vinculados a estes contratos de concessão. **Outras Receitas:** As receitas oriundas da exploração da faixa de domínio pelas concessionárias, bem como as receitas provenientes da conservação e pavimentação das rodovias pelas construtoras do grupo OHL cresceram 11,7%, totalizando R\$104,6 milhões, frente aos R\$93,6 milhões apresentados em 2010. As concessionárias obtiveram R\$13,9 milhões de receitas com exploração da faixa de domínio das rodovias, com um crescimento de 33,8% frente a 2010. As receitas de conservação e pavimentação das sociedades construtoras foram de R\$90,6 milhões, sendo 9,0% maior que 2010.

■ Receita Líquida dos Serviços e Deduções da Receita

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia obteve receita líquida dos serviços no valor de R\$2,7 bilhões, apresentando crescimento de 24,2% em comparação ao ano de 2010. As deduções da receita, compostas principalmente por tributos como ISS, PIS e COFINS, acompanharam a evolução da receita de pedágios e de outras receitas, e encerraram o ano com R\$187,5 milhões, crescendo 18,6% em relação a 2010. Os tributos são calculados sobre a receita de pedágios e outras receitas com base nas seguintes alíquotas: PIS (0,65%), COFINS (3,0%) e ISS (5,0%).

■ Custos e Despesas Operacionais

Em 2011, os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, custo dos serviços de construção e provisão para manutenção, cresceram 5,8% ou R\$34,2 milhões frente ao ano anterior, abaixo da inflação medida pelo IPCA, de 6,5%. Segue tabela demonstrando a composição dos custos e despesas operacionais:

| Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil) | 2011 | 2010 | Var% |
|--|--------------------|--------------------|--------------|
| Serviços de terceiros | (180.618) | (173.541) | 4,1% |
| Pessoal | (162.908) | (157.829) | 3,2% |
| Conservação | (92.068) | (79.153) | 16,3% |
| Verba de fiscalização | (30.397) | (30.798) | -1,3% |
| Custos com Poder Concedente | (33.745) | (30.355) | 11,2% |
| Seguros e garantias | (13.048) | (12.703) | 2,7% |
| Remuneração da administração | (12.443) | (12.526) | -0,7% |
| Consumo | (6.505) | (6.176) | 5,3% |
| Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais | 2.488 | (1.561) | -259,4% |
| Despesas tributárias | (2.747) | (2.199) | 24,9% |
| Transportes | (2.804) | (1.448) | 93,6% |
| Outras despesas operacionais, liq. | (85.840) | (78.119) | 9,9% |
| Subtotal* | (620.635) | (586.408) | 5,8% |
| Provisão p/ manutenção em rodovias | (183.125) | (146.085) | 25,4% |
| Custo dos serviços de construção | (896.233) | (617.827) | 45,1% |
| Depreciação e Amortização | (203.972) | (175.359) | 16,3% |
| Total | (1.903.965) | (1.525.679) | 25,9% |

* Exclui Depreciação e Amortização, Custo dos serviços de construção e Provisão para manutenção. Em 2011, o total de custos e despesas operacionais cresceu 25,9% frente ao ano anterior. Os principais motivos que acarretaram esse aumento foram:
 • Aumento de R\$278,4 milhões no "Custo dos serviços de construção" devido, principalmente, ao aumento do nível de execução de investimentos em ativos intangíveis nas concessões federais;
 • Acréscimo de R\$37,0 milhões na "Provisão para manutenção em rodovias" em razão da expectativa de manutenção de acordo com os contratos de concessão, sendo que os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores;
 • Aumentos dos custos com "Pessoal" e "Serviços de terceiros", nos respectivos montantes de R\$5,1 milhões e R\$7,1 milhões, em função do crescimento do quadro de funcionários (mais 885 novos colaboradores) em linha com o crescimento das operações Companhia, além dos reajustes anuais de contratos operacionais e administrativos;
 • Crescimento do custo de "Conservação", no montante de R\$12,9 milhões, resultante da necessidade de serviços emergenciais na Autopista Planalto Sul em razão das fortes chuvas ocorridas no primeiro semestre de 2011, bem como da operação/desgaste usual das rodovias administradas pela Companhia;
 • Acréscimo de R\$3,4 milhões nos custos com o Poder Concedente em função da evolução positiva das receitas das concessões estaduais; e
 • Estorno de R\$4,0 milhões na provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais decorrente de processos que tiveram seu status alterado de provável para remoto.

■ EBITDA e EBITDA Ajustado

O resultado operacional medido pelo EBITDA atingiu o montante de R\$1,0 bilhão em 2011, apresentando variação positiva de 21,3% quando comparado ao ano anterior. A margem EBITDA, por sua vez registrou 0,9 ponto percentual, saindo de 38,2% no ano passado para 37,3% em 2011. Já o resultado operacional medido pelo EBITDA Ajustado, que considera a reversão da provisão para manutenção de rodovias, atingiu o total de R\$1,2 bilhão em 2011, apresentando variação positiva de 21,9% quando comparado ao ano anterior. A margem do EBITDA Ajustado registrou 0,8 ponto percentual, saindo de 44,9% no ano passado para 44,1% em 2011.

| EBITDA e EBITDA Ajustado (Em milhares de reais) | | | |
|---|------------------|------------------|--------------|
| | 2011 | 2010 | Var% |
| Receita Operacional Líquida | 2.712.120 | 2.184.529 | 24,2% |
| Custos e Despesas | (1.903.965) | (1.525.679) | 24,8% |
| (+) Depreciação e Amortização | 203.972 | 175.359 | 16,3% |
| EBITDA¹ | 1.012.127 | 834.209 | 21,3% |
| Margem EBITDA | 37,3% | 38,2% | |
| (+) Provisão para manutenção de rodovias | 183.125 | 146.085 | 25,4% |
| EBITDA Ajustado² | 1.195.252 | 980.294 | 21,9% |
| Margem EBITDA Ajustado | 44,1% | 44,9% | |

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.
² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (nomenclatura contábil ICPC 01).

Em 2011, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$207,2 milhões frente a um resultado negativo de R\$217,9 milhões registrado em 2010. Entre os principais fatores que causaram a variação deste resultado, podemos destacar:
 • Aumento de R\$63,9 milhões nas Receitas Financeiras. Este aumento deu-se em grande parte por conta das aplicações do saldo de caixa ao longo do ano, que subiu de R\$805,2 milhões em 2010 para R\$1,2 bilhão em 2011;
 • Aumento de R\$77,4 milhões (+32,8%) nos encargos financeiros por conta do incremento no volume de desembolsos dos financiamentos de longo prazo junto ao BNDES;
 • Redução de R\$20,5 milhões no valor de atualização monetária do Ônus Fixo em função da queda do IGP-M, que em 2010 foi 11,3% e em 2011 chegou a 5,1%.

■ Lucro Líquido

Em 2011, o lucro líquido consolidado foi de R\$404,4 milhões, 32,9% superior ao observado no ano de 2010, de R\$304,2 milhões. O principal motivo do aumento de aproximadamente R\$100,0 milhões no Resultado Líquido deveu-se fundamentalmente ao crescimento do Resultado Operacional das concessionárias.

■ Endividamento

Em 31 de dezembro de 2011, a dívida líquida consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures menos disponibilidades e aplicações financeiras) da Companhia totalizava R\$1,8 bilhão, apresentando crescimento de R\$273,7 milhões ou 18,0% em relação ao ano anterior. A dívida líquida no final de 2011 representava 1,6 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses.

| Endividamento (Em milhares de reais) | 2011 | 2010 | Var% |
|--|------------------|------------------|--------------|
| Dívida Bruta | 3.098.442 | 2.788.542 | 11,1% |
| Curto Prazo | 426.332 | 1.234.363 | -65,5% |
| Longo Prazo | 2.672.110 | 1.554.179 | 71,9% |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.178.454 | 1.168.288 | 0,9% |
| Aplicações financeiras vinculadas ¹ | 123.169 | 97.176 | 26,7% |
| Dívida Líquida | 1.796.819 | 1.523.078 | 18,0% |

¹ Curto e longo prazos

Este aumento de R\$273,7 milhões deveu-se, principalmente, aos seguintes movimentos realizados em

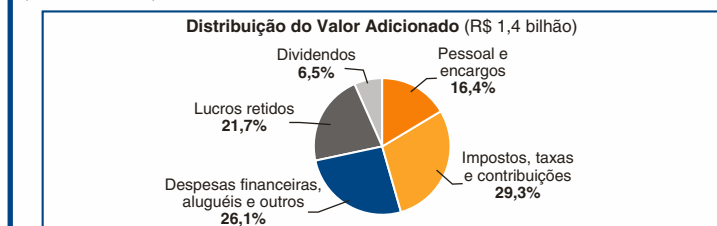
É importante destacar que por se tratarem de concessões em período inicial, as concessionárias federais não apresentam desembolso de caixa referente a manutenção. Os primeiros desembolsos significativos com manutenção estão previstos para o ano de 2016. A Companhia estima desembolsar em 2012 aproximadamente R\$120 milhões nas concessões estaduais com a realização de manutenções.

Investimentos

Em 2011, as concessionárias estaduais e federais da OHL Brasil desembolsaram R\$976,7 milhões com investimentos em ativos imobilizados e intangíveis, sendo que 95,2% ou R\$935,0 milhões em obras, direcionados às concessionárias federais, as quais continuam desenvolvendo os investimentos previstos nos contratos de concessão. No Rio de Janeiro, foi iniciada, na segunda quinzena de agosto, a duplicação de 60 quilômetros da BR-101, entre as cidades de Macaé e Campos. A obra teve início assim que a concessionária Autopista Fluminense recebeu a licença ambiental para esta primeira etapa, na qual será investido cerca de R\$200 milhões. Ao todo, o projeto prevê a duplicação de 176,6 quilômetros de rodovia. Em Minas Gerais, a Companhia deu continuidade à construção do Contorno de Betim, no qual será investido cerca de R\$35 milhões. O IBAMA concedeu a licença para a segunda etapa das obras, que a Autopista Fernão Dias está realizando desde outubro de 2011. Destaca-se também o início da duplicação da Serra do Cafezal, na Régis Bittencourt, nos trechos de Juquitiba e Miracatu, totalizando 11 quilômetros de extensão. Ao todo, 30 quilômetros de serra serão duplicados, com investimentos da ordem de R\$560 milhões. Atualmente, o IBAMA está analisando o estudo da concessionária para a duplicação dos 19 quilômetros restantes. Em outubro de 2011, a Autopista Planalto Sul também recebeu a licença ambiental para iniciar a duplicação de 25 quilômetros da BR-116, entre as cidades de Curitiba e Mandrituba. As obras já foram iniciadas, e o investimento previsto é de R\$62 milhões. A OHL informa que desde 2008, já realizou investimentos no valor de R\$2,5 bilhões apenas nas concessionárias federais. A Companhia estima investir em 2012 aproximadamente R\$1,2 bilhão nas concessões federais e R\$50 milhões nas concessões estaduais.

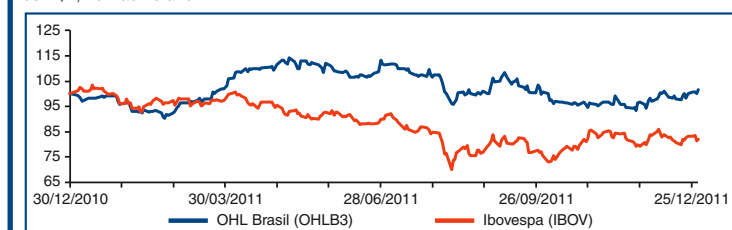
Valor Adicionado

A OHL Brasil gerou em 2011, em termos consolidados, valor adicionado de R\$1,4 bilhão, 29,3% superior ao de 2010. Esse valor é resultante das receitas oriundas da prestação de serviços (R\$2,9 bilhões), menos custos relativos à concessão e construção, materiais e bens de consumo, serviços de terceiros e depreciação e amortização (R\$1,7 bilhão), mais dividendos e outras receitas (R\$188,2 milhões).



Mercado de Capitais

O valor de mercado da OHL Brasil, ao final do ano, totalizou R\$4,2 bilhões, tendo como base a cotação de fechamento de R\$61,00 por ação em 29/12/2011. Esse preço corresponde a uma valorização de 1,68% em relação ao preço de fechamento do ano anterior. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 18,11%. Negociadas sob o código OHLB3, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e movimentaram cerca de R\$1,4 bilhão no ano.



| Média Diária | 2011 | 2010 | Var% |
|---------------------------------|------|------|-------|
| Nº de Negócios | 260 | 224 | 16,1% |
| Volume Financeiro (R\$ Milhões) | 5,44 | 5,86 | -7,2% |

As ações fazem parte das carteiras teóricas dos índices: IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, ITAG – Índice de Ações com Tag Along Diferenciado e SMLL – Índice Small Cap.

Composição Acionária

O capital social subscrito é integralizado da Companhia era de R\$592,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, representado por uma única classe de 68.888.888 ações ordinárias.

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais – R\$)

| Ativos | Nota explic. | Controladora | | Consolidado | | Passivos e Patrimônio Líquido Circulantes | Nota explic. | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--|--------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | | | 2011 | 2010 | | |
| Ativos Circulantes | | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 18.448 | 76.906 | 1.178.454 | 1.168.288 | Empréstimos e financiamentos | 14 | - | - | 59.211 | 938.278 |
| Contas a receber | 6 | - | - | 99.159 | 84.428 | Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas | 18 | 128.517 | 81.436 | - | - |
| Contas a receber – partes relacionadas | 18 | 128.584 | 91.130 | 94 | 89 | Debêntures | 15 | - | - | 367.121 | 296.085 |
| Estoques | - | - | - | 9.540 | 2.819 | Fornecedores | - | 1.211 | 183 | 113.541 | 71.124 |
| Despesas antecipadas | 7 | 149 | 130 | 6.294 | 5.702 | Obrigações sociais | - | 6.293 | 5.468 | 49.240 | 40.810 |
| Impostos a recuperar | 9 | 10.015 | 8.828 | 25.992 | 24.680 | Obrigações fiscais | 16 | 2.135 | 1.241 | 63.190 | 50.444 |
| Dividendos a receber | 18 | 50.920 | 51.962 | - | - | Contas a pagar – partes relacionadas | 18 | 2.077 | 835 | 932 | 816 |
| Aplicações financeiras vinculadas | 10 | - | - | 67.132 | 96.875 | Cauções contratuais | 17 | 13 | 13 | 35.556 | 24.397 |
| Outros créditos | - | 531 | 337 | 3.668 | 4.797 | Dividendos propostos | 21 | 17.809 | 68.650 | 17.809 | 68.650 |
| Total dos ativos circulantes | | 208.647 | 229.293 | 1.390.333 | 1.387.678 | Credores pela concessão | 19 | - | - | 64.096 | 59.639 |
| Não Circulantes | | | | | | Provisão para manutenção | 20 | - | - | 37.796 | 38.990 |
| Aplicações financeiras vinculadas | 10 | - | - | 56.037 | 301 | Provisão para investimentos | 20 | - | - | 58.535 | 9.474 |
| Contas a receber – partes relacionadas | 18 | 371.000 | 416.000 | - | - | Adiantamento de seguros | - | - | - | 72.154 | 26.679 |
| Despesas antecipadas | 7 | - | - | 31 | 162 | Outras contas a pagar | - | 176 | 119 | 6.299 | 11.912 |
| Despesas contratuais | - | 86 | 83 | 100 | 97 | Total dos passivos circulantes | | 158.231 | 157.945 | 945.480 | 1.637.298 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 8 | - | - | 100.651 | 88.151 | Não Circulantes | | | | | |
| Depósitos judiciais | - | 4.322 | 3.991 | 14.603 | 14.290 | Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas | 14 | - | - | 1.471.136 | 42.758 |
| Outras contas a receber | - | 26 | 37 | 128 | 51 | Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas | 18 | 356.000 | 356.000 | - | - |
| Investimentos em controladas e coligadas | 11 | 1.424.963 | 1.061.581 | 1.053 | 1.053 | Debêntures | 15 | - | - | 1.200.974 | 1.511.421 |
| Imobilizado | 12 | 5.508 | 5.676 | 52.617 | 48.114 | Credores pela concessão | 19 | - | - | 287.196 | 316.066 |
| Intangível | 13 | 446 | 353 | 3.934.726 | 3.281.580 | Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais | 20 | - | - | 5.656 | 10.218 |
| Total dos ativos não circulantes | | 1.806.351 | 1.487.721 | 4.159.946 | 3.433.799 | Receita diferida | - | - | - | 384 | 501 |
| | | | | | | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 8 | - | - | 46.198 | 28.402 |
| | | | | | | Provisão para manutenção | 20 | - | - | 183.124 | 124.331 |
| | | | | | | Provisão para investimentos | 20 | - | - | 6.575 | 54.840 |
| | | | | | | Outras contas a pagar | - | - | - | 5.105 | 8.861 |
| | | | | | | Total dos passivos não circulantes | | 356.000 | 356.000 | 3.206.348 | 2.097.398 |
| | | | | | | Patrimônio Líquido | | | | | |
| | | | | | | Capital social | - | 592.124 | 549.083 | 592.124 | 549.083 |
| | | | | | | Reservas de lucros | - | 930.914 | 676.257 | 828.598 | 559.969 |
| | | | | | | Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital | - | (22.271) | (22.271) | (22.271) | (22.271) |
| | | | | | | Total do patrimônio líquido | | 1.500.767 | 1.203.069 | 1.398.451 | 1.086.781 |
| | | | | | | Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido | | 2.014.998 | 1.717.014 | 5.550.279 | 4.821.477 |

Total dos Ativos

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Individual para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais)

| Saldos em 01 de janeiro de 2010 | Capital social | Legal | Retenção de lucros | Reservas de lucros | Dividendo adicional proposto | Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital | Lucros acumulados | Patrimônio líquido da controladora |
|---|----------------|---------------|--------------------|--------------------|------------------------------|--|-------------------|------------------------------------|
| | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | (22.271) | 289.055 | 289.055 |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | | | |
| Reserva Legal | - | 14.453 | - | - | - | - | (14.453) | - |
| Dividendos propostos | - | - | - | - | - | - | (68.650) | (68.650) |
| Retenção de lucros | - | - | 205.952 | - | - | - | (205.952) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 549.083 | 41.093 | 635.164 | - | - | (22.271) | - | 1.203.069 |
| Aumento de capital | 43.041 | - | (43.041) | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do período | - | - | - | - | - | - | 390.424 | 390.424 |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | | | |
| Reserva Legal | - | 19.521 | - | - | - | - | (19.521) | - |
| Dividendos Pagos | - | - | - | - | - | - | (74.917) | (74.917) |
| Dividendos propostos | - | - | - | - | - | - | (17.809) | (17.809) |
| Dividendo adicional proposto | - | - | - | 102.486 | - | - | (102.486) | - |
| Retenção de lucros | - | - | 175.691 | - | - | - | (175.691) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 592.124 | 60.614 | 767.814 | 102.486 | - | (22.271) | - | 1.500.767 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais)

| Saldos em 01 de janeiro de 2010 | Capital social | Legal | Retenção de lucros | Reservas de lucros | Dividendo adicional proposto | Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital | Lucros acumulados | Patrimônio líquido da controladora |
|---|----------------|---------------|--------------------|--------------------|------------------------------|--|-------------------|------------------------------------|
| | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | (22.271) | 304.249 | 304.249 |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | | | |
| Reserva Legal | - | 14.453 | - | - | - | - | (14.453) | - |
| Dividendos propostos | - | - | - | - | - | - | (68.650) | (68.650) |
| Retenção de lucros | - | - | 221.146 | - | - | - | (221.146) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 549.083 | 41.093 | 518.876 | - | - | (22.271) | - | 1.086.781 |
| Aumento de capital | 43.041 | - | (43.041) | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do período | - | - | - | - | - | - | 404.396 | 404.396 |
| Destinação do lucro líquido: | | | | | | | | |
| Reserva Legal | - | 19.521 | - | - | - | - | (19.521) | - |
| Dividendos pagos | - | - | - | - | - | - | (74.917) | (74.917) |
| Dividendos propostos | - | - | - | - | - | - | (17.809) | (17.809) |
| Dividendo adicional proposto | - | - | - | 102.486 | - | - | (102.486) | - |
| Retenção de lucros | - | - | 189.663 | - | - | - | (189.663) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 592.124 | 60.614 | 665.498 | 102.486 | - | (22.271) | - | 1.398.451 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Unidas). O marco do ano foi o Fórum Volvo-OHL de Segurança no Trânsito 2011, promovido pela OHL Brasil em parceria com a Volvo do Brasil e realizado em Brasília, dentro das comemorações dos 10 anos do Projeto Escola, com a participação de mais de 500 pessoas e especialistas e empresários com o objetivo de discutir um plano nacional de segurança viária para reduzir até 2020 o número de acidentes, mortos e feridos no trânsito. O site www.projetoescolaohlbrasil.com.br, disponível na página eletrônica de cada concessionária da OHL Brasil, reúne o descritivo do projeto, atividades didáticas, notícias sobre segurança no trânsito e artigos de especialistas, entre outros materiais informativos. Desde seu início o projeto envolveu mais de 310 mil alunos, 14 mil educadores e 450 escolas. Além disso, vários subprogramas dão mais consistência às ações de segurança viária: Viva Motorista, Viva Ciclista, Viva Motociclista, Passarela Viva e Viva Meio Ambiente, que se realizam sob o guarda-chuva do Projeto Escola com o objetivo de sensibilizar e conscientizar os usuários de motocicletas, bicicletas e demais veículos para as questões inerentes à segurança própria e de terceiros. No caso da Passarela Viva, estimula e orienta os moradores de comunidades às margens das rodovias, para o uso correto das passarelas. O Viva Meio Ambiente visa conscientizar a população que vive na área de influência das rodovias federais sobre a importância da preservação ambiental para a melhor qualidade de vida.

Saúde: A questão da saúde é tratada pelo programa Viva Saúde, direcionado aos caminhoneiros, e que trata da prevenção de doenças. É realizado na área das concessionárias estaduais. Nas etapas desse programa são realizados exames gratuitos de glicemia, triglicérides, pressão arterial, avaliação do câncer bucal, medição do índice de massa corpórea, além de vacinações contra febre amarela e hepatite B, entre outras doenças. O programa conta com o apoio da Secretaria de Saúde do Estado, dos municípios e de escolas de medicina e enfermagem.

Meio Ambiente: As concessionárias da OHL Brasil investem em programas ambientais que resultem em melhoria da qualidade de vida de usuários e da população do entorno das rodovias. Por meio do Sistema de Gestão Ambiental, as empresas acompanham a execução dos programas de Monitoramento de Recursos Hídricos, Educação Ambiental, Recuperação de Passivos Ambientais, Monitoramento e Atropelamento da Fauna. Até o final de 2011, o reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, uma das principais iniciativas de responsabilidade ambiental da OHL Brasil, resultou no plantio de aproximadamente um milhão de mudas de vegetação nativa. Além disso, a OHL Brasil implantou o programa de Monitoramento da Fauna visando prevenir acidentes com esses animais e garantir a segurança do usuário da rodovia.

Cultura: A OHL Brasil apoia à cultura por meio das Leis de Incentivo Fiscal. Em 2011 foram destinados recursos para os seguintes projetos culturais:

- **Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto:** considerada uma das quatro mais importantes do País, reuniu artistas e escritores em Ribeirão Preto entre 26 de maio e 5 junho. A feira promoveu mais de 600 eventos culturais e gratuitos, entre shows de artistas consagrados, debates, exposições, saraus, inclusive com a apresentação da Orquestra Sinfônica da cidade, também apoiada pela OHL Brasil. O evento é promovido anualmente pela Fundação Feira do Livro e pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.
- **Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto:** segunda mais antiga do País, a Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto participou de eventos nas cidades paulistas de São Carlos, Rio Claro, Araraquara e Jau sob o patrocínio do Grupo OHL. Em São Carlos, a orquestra se apresentou na Primeira Semana do Bebê, evento sobre importância da primeira infância que reuniu 800 pessoas.
- **Escola do Teatro Bolshoi de Joinville:** a OHL Brasil patrocina a Escola do Teatro Bolshoi do Brasil, a única fora da Rússia, que tem o objetivo de oferecer formação e cultura por meio do ensino da dança, para que seus alunos tornem-se protagonistas da sociedade.
- **8º Festival Chorando Sem Parar de São Carlos:** a OHL Brasil apoiou pela oitava vez o Festival Chorando Sem Parar, que homenageou em 2011 o músico Pixinguinha. O festival realizado em São Carlos é considerado o maior do Brasil dedicado a esse estilo musical e reuniu vários artistas e grupos para apresentar 12 horas ininterruptas de shows. Em 2011, o festival atraiu cerca de 10 mil pessoas.

Esporte: Por meio da Lei de Incentivo ao esporte, a OHL Brasil patrocina o projeto **Kimono de Ouro**, realizado na cidade de Araras, por meio do qual cerca de 100 atletas, das mais variadas idades, desenvolvem o esporte como meio de inclusão social e desenvolvimento humano e profissional. Em 2011, compelido pela seleção brasileira, três atletas conquistaram medalha de bronze no circuito europeu de judô, na Romênia e o destaque foi Nathália Mercadante, que ganhou medalha de bronze no Campeonato Mundial Sub-17, realizado em Kiev, Ucrânia.

Agradecimentos

A OHL Brasil gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financeiros e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de seus profissionais pelo empenho e dedicação.

Considerações Finais

Relacionamento com Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

Declaração da Diretoria: A Diretoria da OHL Brasil S.A. declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

São Paulo, 20 de março de 2012

A Administração

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação básico e diluído)

| Receita Operacional Líquida | Nota explic. | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|--------------|--------------|----------|--------------------|--------------------|
| | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Receita Operacional Líquida | 22 | - | - | 2.712.120 | 2.184.529 |
| Custo dos Serviços Prestados | 23 | - | - | (1.751.798) | (1.385.738) |
| Outras Receitas | | | | | |

OHL Brasil

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais – R\$)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-----------|-------------|-------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 390.424 | 289.055 | 404.396 | 304.249 |
| Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais: | | | | |
| Depreciações e amortizações | 1.012 | 970 | 203.972 | 175.359 |
| Amortização de ágio em investimentos | - | - | - | 6.101 |
| Baixa de ativos permanentes | 142 | 40 | 33.888 | 1.879 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - | 5.296 | (16.641) |
| Variação monetária e juros sobre credores pela concessão | - | - | 34.683 | 55.148 |
| Receita com aplicações financeiras vinculadas | - | - | (11.700) | (4.454) |
| Juros e variações monetárias de empréstimos | (3.894) | (5.934) | 70.712 | 111.627 |
| Juros e variações monetárias de debêntures | - | - | 226.395 | 114.274 |
| Despesa/(receitas) financeira dos ajustes a valor presente | - | - | - | 7.780 |
| Conservação (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais | - | - | (1.775) | 3.061 |
| Conservação (reversão) de provisão para manutenção | - | - | 58.083 | 15.569 |
| Equivalência patrimonial | (401.281) | (293.887) | - | - |
| Redução (aumento) dos ativos operacionais: | | | | |
| Contas a receber | - | 35 | (14.731) | (20.287) |
| Contas a receber – partes relacionadas | 4.704 | - | (3) | (2) |
| Estoques | - | - | (6.531) | (540) |
| Despesas antecipadas | (19) | 3 | (461) | 1.408 |
| Impostos a recuperar | (1.187) | (108) | 1.163 | (8.686) |
| Adiantamentos para novos projetos | - | - | - | 256 |
| Outros créditos | (194) | (251) | 1.127 | (1.820) |
| Cações contratuais | (3) | - | (3) | 1 |
| Depósitos judiciais | (331) | - | (313) | (3.630) |
| Outras contas a receber | 11 | - | (77) | 21 |
| Aumento (redução) dos passivos operacionais: | | | | |
| Fornecedores | 1.031 | (650) | 54.599 | (14.408) |
| Fornecedores – partes relacionadas | - | - | 63 | (79) |
| Cações contratuais de fornecedores | - | - | 3.938 | 3.986 |
| Obrigações sociais | 825 | 1.820 | 8.272 | 7.452 |
| Obrigações fiscais | 894 | (306) | 135.446 | 125.434 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | - | (124.290) | (123.769) |
| Receita diferida | - | - | (117) | 49 |
| Contas a pagar – partes relacionadas | 19.279 | (2) | - | - |
| Adiantamentos de seguros | - | - | 45.473 | - |
| Outras contas a pagar | 57 | (19) | (9.369) | 34.920 |
| Credores pela concessão | - | - | 322 | 304 |
| Riscos cíveis trabalhistas e fiscais | - | - | (2.857) | (2.111) |
| Pagamento de juros – federais | - | - | (85.407) | (79.797) |
| Outros passivos | - | - | (890) | - |
| Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais | 11.470 | (9.234) | 1.031.163 | 694.372 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | | | | |
| Aquisições de itens do ativo imobilizado | (854) | (1.931) | (16.381) | (9.203) |
| Adições ao intangível | (225) | (141) | (860.331) | (589.078) |
| Adiantamentos para novos projetos | - | - | 256 | - |
| Aplicação financeira vinculada | - | - | (408.906) | (182.686) |
| Valor resgatado das aplicações vinculadas | - | - | 392.138 | 94.517 |
| Adições aos investimentos | (108.809) | (161.092) | - | - |
| Redução de capital de controlada | - | - | 116.092 | - |
| Recebimento de dividendos – exercícios anteriores | 153.627 | 149.156 | - | - |
| Recebimento de juros sobre o capital próprio | - | - | 13.648 | - |
| Recebimento de dividendos | 29.846 | - | - | - |
| Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento | 73.585 | 115.988 | (893.480) | (686.450) |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento | | | | |
| Empréstimos e financiamentos: | | | | |
| Captações | - | - | 773.596 | 187.461 |
| Pagamentos | - | - | (225.069) | (1.012.009) |
| Pagamentos – juros | - | - | (7.306) | (53.160) |
| Debêntures: | | | | |
| Emissão de Debêntures | - | - | - | 1.781.369 |
| Pagamentos de debêntures – principal | - | - | (266.538) | (39.239) |
| Pagamentos de debêntures – juros | - | - | (199.268) | (48.898) |
| Pagamento de credores pela concessão | - | - | (59.418) | (55.517) |
| Pagamento de dividendos | (143.513) | (41.866) | (143.514) | (41.833) |
| Outros pagamentos de Juros | - | - | - | - |
| Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento | (143.513) | (41.866) | (127.517) | 718.174 |
| Aumento do Saldo de Caixa e Equivalências de Caixa | (58.458) | 64.888 | 10.166 | 726.996 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período | 76.906 | 12.018 | 1.168.288 | 442.192 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período | 18.448 | 76.906 | 1.178.454 | 1.168.288 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Contexto Operacional

A Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("Sociedade") é domiciliada na Rua Joaquim Floriano, 913 – 6º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As Demonstrações Financeiras da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como "o Grupo OHL" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais: • Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços. • Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil. • Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, serviço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e demais obras em geral. • Exploração direta ou por meio de consórcios de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões. • Exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de transporte em geral. • Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente. A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria em 22 de março de 2012.

2. Concessões

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de dezembro de 2011, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais, conforme demonstrado a seguir:

- Concessionárias Autovias**
- Autovias S.A. ("Autovias")**: A Autovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2. Iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998, com o objetivo exclusivo de realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER/SP nº 18/C19/97/Lote 10. A Autovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos: **Obras**: Na SP 255 – Rodovia Antônio Machado Sant'anna: • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 2,8 e o km 48,35. • Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o km 77. Na SP 318 – Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior: • Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280. Na SP 330 – Rodovia Anhanguera: • Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km), Na SP 334 – Rodovia Cândido Portinari: • Completa implantação no trecho entre o km 322 e o km 337. • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 337 e o km 348. • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 358 e o km 395,5. Na SP 345 – Rodovia Engenheiro Ronan Rocha: • Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36. • Implantação de vias marginais entre o km 30 e o km 35, do lado direito, e entre o km 33 e o km 35, do lado esquerdo.
- Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Centrovias")**: A Centrovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luis, km 216,8, Pista Sul. Iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e de Itirapina a Bauri. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do Contrato de Concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser de 2012 a 2019. A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos: **Obras**: Na SP 225 – Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros: • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 91 e 429 e o km 177 e 400. • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 183 e 850 e o km 235 e 040.
- Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Intervias")**: A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999, iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 19/C19/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos – Lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, dos serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do Contrato de Concessão celebrado, Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pelo ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do Contrato de Concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de janeiro de 2028 (335 meses). A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos: **Obras**: Na SP 147 – Rodovia Engenheiro João Toselli: Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi-Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi-Mirim) e o km 106,32 (em Limeira). Na SP 191 – Rodovia Wilson Finardi: Duplicação da rodovia no trecho compreendido do km 43,8 ao km 44,9 (Mogi-Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera) e do km 49,7 ao km 74,2 (Araras/Rio Claro). Na SP 352 – Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira: Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira – Divisa com o Estado de Minas Gerais). Na SP 165/330 – Rodovia Anhanguera – Contorno Rodoviário de Araras: De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3º, readequação do cronograma de obras de 09/1/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do Km 165,225 da SP 330 – Rodovia Anhanguera até o Km 42,300 da SP 191 – Rodovia Wilson Finardi.
- Vianorte S.A. ("Vianorte")**: A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sorתיãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 009/C19/97 – Lote 05, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP 330 Rodovia Anhanguera, SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP 328 Rodovia Alexandre Balbo/Contorno Norte de Ribeirão Preto e SP 325/322 – Avenida dos Bandeirantes. A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos: SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira: • Duplicação do trecho entre o km 343 + 500 e o km 390 + 500 – Sorתיãozinho/ Bebedouro. • Duplicação do trecho entre o km 307 + 500 e o km 325 + 910 – Contorno Viário Sul. • Construção de dispositivos de acessos/retornos. • Construção de passarelas entre o km 334 + 860 e o km 337 + 790 – Sorתיãozinho. • Construção de marginais entre o km 333 + 160 e o km 344 + 480. • Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 no km 325 + 910 (entroncamento). • Construção da transposição sobre o Corrego Santa Elisa no km 345 + 100. SP 330 Rodovia Anhanguera: • Construção de implantação de obras decorrentes da concessão. • Construção do posto de suporte ao usuário em Orlandina no km 366 + 150. • Construção do dispositivo com Avenida Lara Lúcia Raffaini Caço no km 319 + 650. SP 325/322 – Avenida dos Bandeirantes: • Construção de passarela km 8+550; • Construção de galeria de aço km 6+400; • Construção de dispositivo km 8+300.

Em decorrência desses contratos de concessão, as concessionárias estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito de outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica "Credores pela concessão", conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e nº 19, respectivamente. Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2010, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo – TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração das concessões, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões. As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue: (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente. (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional – registrados considerando a totalidade dos Contratos de Concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 20. As concessionárias estaduais, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

| | Autovias | | Centrovias | | Intervias | | Vianorte | | Total | |
|-----------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | Previsão de 2012 a 2018 | Previsão de 2012 a 2019 | Previsão de 2012 a 2018 | Previsão de 2012 a 2018 | Previsão de 2012 a 2018 | Previsão de 2012 a 2018 | Previsão de 2012 a 2018 | Previsão de 2012 a 2018 | Previsão de 2012 a 2018 | Previsão de 2012 a 2018 |
| Natureza dos custos | | | | | | | | | | |
| Melhorias na infraestrutura | 78.724 | 23.350 | 402.384 | 41.233 | 41.233 | 546.291 | | | | |
| Conserva especial | 226.919 | 181.016 | 233.820 | 167.697 | 809.452 | | | | | |
| | 305.643 | 204.366 | 636.204 | 208.930 | 1.355.743 | | | | | |

| | Autovias | | Centrovias | | Intervias | | Vianorte | | Total | |
|-----------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | Previsão de 2011 a 2018 | Previsão de 2011 a 2019 | Previsão de 2011 a 2028 | Previsão de 2011 a 2028 | Previsão de 2011 a 2028 | Previsão de 2011 a 2028 | Previsão de 2011 a 2028 | Previsão de 2011 a 2028 | Previsão de 2011 a 2028 | Previsão de 2011 a 2028 |
| Natureza dos custos | | | | | | | | | | |
| Melhorias na infraestrutura | 63.939 | 11.195 | 411.381 | 46.895 | 583.410 | | | | | |
| Conserva especial | 332.067 | 199.468 | 292.962 | 203.236 | 921.194 | | | | | |
| | 395.006 | 210.663 | 704.343 | 250.131 | 1.504.604 | | | | | |

- Concessionárias Federais**
- Autopista Planalto Sul S.A. ("Planalto Sul")**: A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Petschow, 4.040 – Bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-381 – MG/SP compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 – PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 25,4 km de duplicação de rodovia. • 48,3 km de terceira faixa. • 10,2 km de vias laterais. • Construção de nove passarelas. • Construção de cinco praças de pedágio. • Construção de nove postos de serviços de atendimento ao usuário. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Fluminense S.A. ("Fluminense")**: A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo, 100 – Unidade 101. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-381 – MG/SP compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 – RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 176,6 km de duplicação da rodovia. • 3,8 km de vias laterais. • 28,3 km de variantes e contornos. • Construção de 17 passarelas. • Construção de 5 praças de pedágio. • Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Fernão Dias S.A. ("Fernão Dias")**: A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR-381, km 850,5, Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-381 – MG/SP compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, contado a partir de 15 de fevereiro de 2008, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65 – SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 88 km de terceira faixa. • 94,26 km de vias laterais. • 10,3 km de variantes/contornos. • Construção de 50 passarelas. • Construção de 8 praças de pedágio. • Construção de 12 bases de serviços de atendimento ao usuário. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. • Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla. • Implantação de 208,681 m de defensas metálicas. • Implantação de 62,556 m de barreiras de concreto. • Implantação de 1 retorno operacional.
- Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Régis Bittencourt")**: A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 216. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-16/BR-376/BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 – SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30,5 km de duplicação de rodovia. • 104,9 km de terceira faixa. • 109,6 km de vias laterais. • 23,6 km de variantes/contornos. • Construção de 51 passarelas. • Construção de 6 praças de pedágio. • Construção de 9 Bases de Serviço Operacional – BSO. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Autopista Litoral Sul S.A. ("Litoral Sul")**: A Litoral Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Rua Ministro Calógeas, 343. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221 – SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30 km de terceira faixa. • 79,7 km de vias laterais. • 94,7 km de variantes e contornos. • Construção de 39 passarelas. • Construção de 5 praças de pedágio. • Construção de 8 serviços de atendimento ao usuário. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido nos Contratos de Concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro no caso da Fluminense e da Litoral Sul e no mês de dezembro no caso da Planalto Sul, da Fernão Dias e da Régis Bittencourt, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração das concessões, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões. Em decorrência de os modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagarão ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo ou variável. Os principais compromissos firmados pelas concessionárias federais decorrentes dos contratos de concessão são: • Recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

| Concessionária | Valor anual | | Valor remanescente no período da concessão | |
|----------------|-------------|------------|--|--|
| | Sul | Fluminense | Fernão Dias | |



CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflete, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.7. Custo de empréstimos: Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.8. Instrumentos financeiros passivos: a) Classificados como dívida ou patrimônio: Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais. b) Instrumentos e financiamentos: Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. c) Credores pela concessão: Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº 19. As controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte ajustam a valor presente o saldo da rubrica "Credores pela concessão", registrado no passivo, circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações originaram-se. A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica "Intangível", na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pelo transcorrer do prazo.

4.9. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado individual, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada para cada empresa individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 8.

4.10. Arrendamento mercantil: A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são retidos pelo arrendador e são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

4.11. Provisões: Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade e de suas controladas. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 20.

4.12. Passivos ajustados ao seu valor presente: Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: • Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimadas para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2011 e 5% ao ano em 31 de dezembro de 2010, a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. • Credores da concessão: decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, a qual deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações. Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

| | 2011 | 2010 |
|--|---------|---------|
| Circulantes | | |
| Provisão para investimentos em rodovias – real | 60.491 | 9.783 |
| Provisão para investimentos em rodovias a valor presente | 58.535 | 9.474 |
| Efeito do ajuste a valor presente | 1.956 | 309 |
| Provisão para manutenção em rodovias – real | 39.058 | 40.035 |
| Provisão para manutenção em rodovias a valor presente | 37.796 | 38.990 |
| Efeito do ajuste a valor presente | 1.262 | 1.045 |
| Credores pela concessão em rodovias – real (*) | 65.730 | 61.101 |
| Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*) | 64.096 | 59.639 |
| Efeito do ajuste a valor presente | 1.634 | 1.462 |
| Não circulantes | | |
| Provisão para investimentos em rodovias – real | 8.109 | 59.861 |
| Provisão para investimentos em rodovias a valor presente | 6.575 | 54.840 |
| Efeito do ajuste a valor presente | 1.534 | 5.021 |
| Provisão para manutenção em rodovias – real | 237.450 | 150.632 |
| Provisão para manutenção em rodovias a valor presente | 183.124 | 124.331 |
| Efeito do ajuste a valor presente | 54.326 | 26.301 |
| Credores pela concessão em rodovias – real | 344.515 | 387.988 |
| Credores pela concessão em rodovias a valor presente | 287.196 | 316.066 |
| Efeito do ajuste a valor presente | 57.319 | 71.902 |

(*) Incluem a parcela variável.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do período.

4.13. Reconhecimento de receita: Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção. A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados. Quando o Grupo OHL presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.14. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio: A proposta de distribuição de dividendos e de pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo somatório estiver incluído na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como um passivo na rubrica "Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio a pagar", por ser uma obrigação contratual prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 21.

4.16. Demonstração do valor adicionado – DVA: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação de dúvidas) pelos insucessos aduvidos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.17. Apresentação de informações por segmentos: As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria da Sociedade.

4.18. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas: Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados e/ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de notificação pelo CPC e pela CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade e por suas controladas em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Tais pronunciamentos serão implantados à medida que suas aplicações tornarem-se obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

| Pronunciamento | Descrição | Vigência |
|--|---|---|
| IFRS 7 – Instrumentos Financeiros Divulgáveis | Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros. | Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2011. |
| IFRS 9 – Instrumentos Financeiros | Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração. | Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013. |
| IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas | Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12. | Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. |
| IFRS 11 – Acordos de Participações | Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional. | Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. |
| IFRS 12 – Divulgações de Participações em Outras Entidades | Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas. | Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. |
| IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo | Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando este é exigido por outros pronunciamentos. | Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. |

IAS 27 (R) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Alterações da IAS 27 – Demonstrações Separadas. Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

IAS 28 (R) Investimentos em Coligadas

Alterações ao IAS 28 – Investimento em Coligada e em Controlada. Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

IAS 19 – Benefícios a empregados.

Benefícios a empregados. Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do "International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC" listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

| Pronunciamento/ Interpretação | Descrição | Vigência |
|--|--|---|
| IFRS 1 – Modificações à IFRS 1 – Primeira Adoção de IFRS | Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as entidades que fazem a adoção pela primeira vez. | Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2011. |
| IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos | Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. | Períodos anuais iniciados em 1º de fevereiro de 2010. |
| IFRIC 14 – Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento | Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa. | Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2011. |
| IFRIC 19 – Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos e Capital | Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais. | Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2010. |

:: 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados por:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|---------------|---------------|------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Caixa e contas bancárias | 201 | 477 | 19.880 | 21.336 |
| Aplicações financeiras (*) | 18.247 | 76.429 | 1.158.574 | 1.146.952 |
| Total | 18.448 | 76.906 | 1.178.454 | 1.168.288 |

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é apresentada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Certificados de Depósito Bancário – CDBs | – | – | 8.151 | 69.022 |
| Debêntures | – | – | 1.396 | 1.518 |
| Fundos de investimentos | 18.247 | 76.429 | 1.149.027 | 1.069.412 |
| Letras de Crédito do Agronegócio – LCAs | – | – | – | 7.000 |
| Total | 18.247 | 76.429 | 1.158.574 | 1.146.952 |

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 101,50% da variação do CDI no exercício.

:: 6. Contas a Receber

Estão representadas por:

| | Consolidado | |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| | 2011 | 2010 |
| Pedágio eletrônico a receber (*) | 91.376 | 77.800 |
| Cupons de pedágio a receber | 5.104 | 3.400 |
| Cartões de pedágio a receber | 1.059 | 977 |
| Receitas acessórias a receber | 182 | 690 |
| Arrecadação de cartão de crédito | 918 | 1.561 |
| Outras | 520 | 84.428 |
| | 99.159 | 84.428 |

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

(*) conforme nota explicativa nº 28C.

:: 7. Despesas Antecipadas

Estão representadas por:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Seguros | 31 | 28 | 5.075 | 4.731 |
| Adiantamento a fornecedores | – | – | 975 | 399 |
| Outros | 118 | – | 275 | 734 |
| | 149 | 130 | 6.325 | 5.864 |
| Circulante | 149 | 130 | 6.294 | 5.702 |
| Não circulante | – | – | 31 | 162 |

:: 8. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Estão representados por:

| | Consolidado | |
|--|----------------|---------------|
| | 2011 | 2010 |
| Bases do ativo diferido: | | |
| Prejuízo fiscal (a) | 24.773 | 32.153 |
| Provisão de participação nos lucros | 5.207 | 3.788 |
| Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b) | 6.093 | 10.589 |
| Direito de concessão incorporado (c) | – | 6.231 |
| Mudança de prática contábil (d) | 8.232 | 7.175 |
| Ágio incorporado da SPR (e) | 25.392 | 32.715 |
| Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (h): | | |
| Provisão para manutenção | 177.216 | 139.370 |
| Provisão para investimentos | 2.619 | 2.688 |
| Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas | 43.418 | 21.709 |
| Ajuste dos encargos financeiros | 3.083 | 2.851 |
| Base de cálculo | 296.033 | 259.269 |
| Alíquota real | 34% | 34% |
| Total do ativo não circulante | 100.651 | 88.151 |
| Bases do passivo diferido: | | |
| Ajustes de leasing financeiro | 110 | 143 |
| Ajuste ao valor presente do registro da outorga (f) | 16.185 | 19.918 |
| Amortização do direito de outorga incorporado (g) | 24.477 | 20.263 |
| Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (h): | | |
| Provisão para manutenção | (43.481) | (22.793) |
| Eleitos da adoção do ICP 01 sobre intangível e imobilizado, líquidas | 146.792 | 74.422 |
| Ajuste dos encargos financeiros | (8.176) | (8.417) |
| Base de cálculo | 135.877 | 83.536 |
| Alíquota real | 34% | 34% |
| Total do passivo não circulante | 46.198 | 28.402 |

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros limitados ao prazo de dez anos de realização, conforme a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções. (c) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano. (d) Mudança de prática contábil relacionada à adoção do ajuste a valor presente sobre obrigações com o Poder Concedente. (e) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente do processo de incorporação da controladora SPR – Sociedade para Participações em Rodovias S.A., constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela controladora no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010. (f) Sobre o ajuste a valor presente do direito de outorga, conforme a nota explicativa nº 19. (g) Crédito de imposto de renda e contribuição social decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano. (h) Imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados com base na alíquota de 34% sobre os ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS. As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e de suas controladas e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças. A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

| | Ativo | Passivo |
|---------------|----------------|---------------|
| 2012 | 12.634 | 1.954 |
| 2013 | 13.440 | 2.078 |
| 2014 | 14.841 | 2.118 |
| 2015 | 12.894 | 1.443 |
| Acima de 2015 | 46.842 | 38.605 |
| | 100.651 | 46.198 |

:: 9. Impostos a Recuperar

Estão representados por:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|--------------|---------------|---------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Imposto de renda e contribuição social IRRF sobre aplicações financeiras | 6.944 | 5.453 | 7.564 | 6.727 |
| IRRF sobre juros sobre o capital próprio | 200 | 1.207 | 10.846 | 8.221 |
| IRRF sobre juros sobre o capital próprio | 738 | 42 | 738 | 42 |
| IRRF sobre mútuo | 2.119 | 2.068 | 2.786 | 3.256 |
| PIS e COFINS a recuperar | – | 51 | 2.320 | 58 |
| IRRF sobre serviços de terceiros | 1 | 1 | 883 | 1.170 |
| Outros impostos a recuperar | 13 | 6 | 855 | 4.306 |
| Total | 10.015 | 8.828 | 25.992 | 24.680 |

A movimentação é como segue:

| | Móveis utensílios e instalações | Equipamento mobiliário | Prédios e benfeitorias | Computadores e periféricos | Veículos | Instalações, edifícios e terrenos | Máquinas e equipamentos | Outras imobilizações | Imobilizado em andamento | Total |
|-----------------------------------|---------------------------------|------------------------|------------------------|----------------------------|----------|-----------------------------------|-------------------------|----------------------|--------------------------|-----------------|
| Custo do imobilizado bruto | | | | | | | | | | |
| Saldo em 01/01/2010 | 6.751 | 9.240 | 1.901 | 4.461 | 5.879 | 4.022 | – | 6.375 | 1.011 | 2 39.642 |
| Adições | 877 | 1.213 | 338 | 841 | 8.200 | 4.769 | 586 | 9.980 | 689 | 1.059 28.552 |
| Transferências | 56 | (604) | (12) | (10) | (3) | (1.037) | – | 1 | (24) | – (1.633) |
| Alienações/baixas | (19) | (390) | (6) | (9) | (413) | – | – | – | – | – (837) |
| Saldo em 31/12/2010 | 7.665 | 9.459 | 2.221 | 5.283 | 13.663 | 7.754 | 586 | 16.356 | 1.676 | 1.061 65.724 |
| Adições | 1.359 | 2.002 | 811 | 1.478 | 3.349 | 280 | – | 3.373 | 630 | 3.097 16.379 |
| Transferências | (2.327) | (92) | (22) | 9 | 1.092 | 733 | – | 1.959 | – | (3.810) (2.458) |
| Alienações/baixas | (62) | (303) | (289) | (88) | (291) | – | – | – | – | – (1.192) |
| Sal | | | | | | | | | | |

A movimentação é como segue:

| | Consolidado | | | | | | Adiantamento em fornecimentos | | Total |
|-----------------------------|--|-------------------------------------|--|--------------------------------|----------|---------------------------|-------------------------------|---------|-------------|
| | Intangível em rodovias e obras e concessão (a) | Direito de outorga da concessão (b) | Direito de outorga da incorporação (c) | Ágio na aquisição Vianorte/SPR | Software | Direito de exploração (d) | Intangível em andamento | | |
| Saldo em 01/01/2010 | 3.294.647 | 351.939 | 69.818 | 74.560 | 11.105 | 9.997 | 167.536 | 11.607 | 3.981.212 |
| Adições | 346.487 | - | - | - | 1.215 | - | 277.900 | - | 635.599 |
| Transferências/Incorporação | 192.348 | - | 60.326 | (60.324) | - | - | (190.797) | (1.551) | 2 |
| Alienações/baixas | (1.866) | - | - | - | - | - | (774) | (3.901) | (6.541) |
| Saldo em 31/12/2010 | 3.831.616 | 351.939 | 130.144 | 14.236 | 12.320 | 9.997 | 253.865 | 6.155 | 4.610.272 |
| Adições | 389.389 | - | - | - | 1.506 | - | 474.730 | 13.507 | 879.132 |
| Transferências/Incorporação | 191.103 | - | - | - | - | - | (178.421) | (9.962) | 2.720 |
| Alienações/baixas | (5.047) | - | - | - | (9) | - | (30.647) | - | (35.703) |
| Saldo em 31/12/2011 | 4.407.061 | 351.939 | 130.144 | 14.236 | 13.817 | 9.997 | 519.527 | 9.700 | 5.456.421 |
| Amortização acumulada | | | | | | | | | |
| Saldo em 01/01/2010 | (989.665) | (119.375) | (32.140) | (8.133) | (5.120) | - | - | - | (1.154.433) |
| Amortização | (138.950) | (25.551) | (2.398) | (6.101) | (1.257) | - | - | - | (174.257) |
| Transferências | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Alienações/baixas | - | - | - | (2) | - | - | - | - | (2) |
| Saldo em 31/12/2010 | (1.128.615) | (144.926) | (34.538) | (14.236) | (6.377) | - | - | - | (1.328.692) |
| Amortização | (160.760) | (23.379) | (8.748) | - | - | (600) | - | - | (195.044) |
| Transferências | 323 | (264) | (548) | - | 115 | - | - | - | (374) |
| Alienações/baixas | 2.415 | - | - | - | - | - | - | - | 2.415 |
| Saldo em 31/12/2011 | (1.286.637) | (168.569) | (43.834) | (14.236) | (7.819) | (600) | - | - | (1.521.695) |
| Intangível líquido | | | | | | | | | |
| Saldo em 01/01/2010 | 2.304.982 | 232.564 | 37.678 | 66.427 | 5.985 | - | 167.536 | 11.607 | 2.826.779 |
| Saldo em 31/12/2010 | 2.703.001 | 207.013 | 95.606 | - | 5.943 | 9.997 | 253.865 | 6.155 | 3.281.580 |
| Saldo em 31/12/2011 | 3.120.424 | 183.730 | 86.310 | - | 5.998 | 9.997 | 519.527 | 9.700 | 3.934.726 |

(a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de depreciação projetada. (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 19. (c) Refere-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social das Autovias e Centrovias. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada "Ágio incorporado". Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para "Direito de outorga incorporado". Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada. (d) Refere-se a valor assumido para exploração de granito e gnaiss e a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo OHL e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.

14. Empréstimos e Financiamentos

Estão representados por:

| | Encargos anuais | 2011 | 2010 |
|--|-------------------------------|-----------|---------|
| Passivo circulante: | | | |
| Financiamento de investimentos (BNDES) (a) | TJLP + 2,1% a.a. a 7,5% a.a. | 46.848 | 923.910 |
| Financiamento de equipamentos (FINAME) (b) | TJLP + 2,6% a.a. a 7,75% a.a. | 6.931 | 9.930 |
| Leasing (c) | CDI + 1,23% a.a. a 1,87% a.a. | 5.342 | 4.438 |
| Financiamento de Veículos (d) | 16,63 a.a. pré fixada | 90 | - |
| | | 59.211 | 938.278 |
| Passivo não circulante: | | | |
| Financiamento de investimentos (BNDES) (a) | TJLP + 2,21% a.a. a 5,3% a.a. | 1.451.713 | 17.120 |
| Financiamento de equipamentos (FINAME) (b) | TJLP + 2,6% a.a. a 7,93% a.a. | 4.443 | 10.914 |
| Leasing (c) | CDI + 1,0% a.a. a 3,7% a.a. | 14.838 | 14.724 |
| Financiamento de Veículos (d) | 16,63 a.a. pré fixada | 142 | - |
| | | 1.471.136 | 42.758 |
| | | 1.530.347 | 981.036 |

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias. (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias. (c) Contratos modelo leasing financeiro, firmados com instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens. (d) Cédulas de crédito bancário celebrado com o Banco Volkswagen para aquisição de veículos de uso administrativo, com prazo de amortização de 36 meses, a partir da data de formalização da transação, cujas garantias dessas cédulas são os próprios bens. As linhas de financiamento de longo prazo aprovadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos últimos meses, destinadas aos programas de investimentos das concessionárias federais, contribuíram com a estratégia da Sociedade de alongar o perfil de sua dívida. Em 31 de dezembro de 2011 as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

| Ano de vencimento | 2013 | 85.516 |
|-------------------|-----------|--------|
| 2014 | 92.634 | |
| 2015 | 94.261 | |
| Após 2015 | 1.198.725 | |
| | 1.471.136 | |

No final do exercício de 2010 e durante o exercício de 2011, as concessionárias federais assinaram contratos com o BNDES para o financiamento dos investimentos de longo prazo. Esses contratos possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes: (a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos Contratos de Financiamento. (b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento dos Contratos de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinadas pela ANTT. (c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM. (d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados. (e) Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência dos Contratos. (f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES. (g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição: 1) *Receita bruta*: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até à divulgação do balanço do próximo exercício. 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos. 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes: 3.1. À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação das concessionárias. 3.2. Aos mútuos concedidos às

15. Debêntures

Os saldos estão representados por:

| Série | Quantidade emitida unitária | Taxas contratuais (%) | Vencimentos | Circulante | Não circulante | 2011 | 2010 |
|--|-----------------------------|-----------------------|-------------|------------|----------------|---------|-----------|
| Autovias: | | | | | | | |
| 1ª série (a) | 285.000 | CDI + 1,6% a.a. | Mar./2015 | 68.294 | 150.890 | 68.647 | 217.945 |
| 2ª série (a) | 120.000 | IPCA + 8% a.a. | Mar./2017 | 8.420 | 132.997 | 7.940 | 124.775 |
| 2ª emissão (b) | 1.000 | CDI + 1,7% a.a. | Nov./2015 | 24.849 | 70.590 | 7.249 | 94.118 |
| | 406.000 | | | 101.563 | 354.477 | 83.836 | 436.838 |
| | | | | (951) | (1.511) | (1.160) | (2.462) |
| | | | | 100.612 | 352.966 | 82.676 | 434.376 |
| Centrovias: | | | | | | | |
| 1ª série (a) | 286.131 | CDI + 1,7% a.a. | Mar./2015 | 68.575 | 151.489 | 68.933 | 218.810 |
| 2ª série (a) | 120.000 | IPCA + 8% a.a. | Mar./2017 | 8.421 | 132.996 | 7.940 | 124.774 |
| | 406.131 | | | 76.996 | 284.485 | 76.873 | 343.584 |
| | | | | (775) | (1.280) | (954) | (2.044) |
| | | | | 76.221 | 283.205 | 75.919 | 341.540 |
| Intervias: | | | | | | | |
| 1ª emissão (a) | 307.947 | CDI + 1,5% a.a. | Mar./2015 | 73.671 | 163.039 | 74.159 | 235.493 |
| 2ª emissão (b) | 3.000 | CDI + 1,7% a.a. | Nov./2015 | 74.410 | 211.770 | 211.747 | 282.354 |
| | 310.947 | | | 148.081 | 374.809 | 95.906 | 517.847 |
| | | | | (1.139) | (1.289) | (1.444) | (2.428) |
| | | | | 146.942 | 373.520 | 94.462 | 515.419 |
| Vianorte: | | | | | | | |
| 1ª série (a) | 153.776 | CDI + 1,7% a.a. | Mar./2015 | 36.855 | 81.415 | 37.047 | 117.596 |
| 2ª série (a) | 100.000 | IPCA + 8% a.a. | Mar./2017 | 7.016 | 110.830 | 6.616 | 103.978 |
| | 253.776 | | | 43.871 | 192.245 | 43.663 | 221.574 |
| | | | | (525) | (962) | (635) | (1.488) |
| | | | | 43.346 | 191.283 | 43.028 | 220.086 |
| | | | | 367.121 | 1.200.974 | 296.085 | 1.511.421 |
| Total | | | | | | | |
| (a) 1ª emissão de debêntures emitidas em 15 de março de 2010 com valor real unitário em 31 de dezembro de 2011 de R\$1 cada uma. (b) 2ª emissão de debêntures emitidas em 22 de novembro de 2010 com valor real unitário em 31 de dezembro de 2011 unitário de R\$100 cada uma. As debêntures foram subscribitas pelo seu valor real em 31 de dezembro de 2011 unitário acrescido, para as debêntures da 2ª série, da respectiva atualização monetária e, para todas as debêntures, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir: | | | | | | | |

| | Data de emissão | Valor real em 31/12/2011 | Data de integralização | Valor subscrito |
|------------|-----------------|--------------------------|------------------------|-----------------|
| 1ª série | 15.03.2010 | 724.907 | 26.04.2010 | 732.936 |
| 2ª série | 15.03.2010 | 340.000 | 27.04.2010 | 345.382 |
| 1ª emissão | 15.03.2010 | 307.947 | 26.04.2010 | 311.300 |
| 2ª emissão | 22.11.2010 | 400.000 | 16.12.2010 | 403.385 |
| Total | | 1.772.854 | | 1.793.003 |

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro a partir de junho de 2010 e é amortizada trimestralmente a partir de 15 de março de 2011. A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, a partir de março de 2011, e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015. A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga trimestralmente todo dia 22 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e será amortizada trimestralmente a partir de 22 de novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

| Ano de vencimento | 2013 | 335.182 |
|-------------------|-----------|---------|
| 2014 | 335.892 | |
| 2015 | 295.256 | |
| 2016 | 117.253 | |
| 2017 | 117.391 | |
| | 1.200.974 | |

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública", arquivado na CVM. Em 31 de dezembro de 2011, as controladas da Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures. As debêntures são garantidas por: 1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas. 2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas. 3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização. 4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento ("Sinking Fund"), conforme descrito na nota 10.

16. Obrigações Fiscais

Estão representadas por:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|--------------|-------|-------------|--------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Imposto de renda | 162 | 162 | 22.457 | 18.938 |
| Contribuição social | 6 | 6 | 10.631 | 8.459 |
| IRRF | 1.204 | 1.004 | 3.534 | 1.872 |
| PIS | 121 | - | 1.356 | 958 |
| COFINS | 557 | - | 6.247 | 4.423 |
| Tributos federais retidos | 87 | 13 | 5.375 | 6.004 |
| ISS | 4 | 1 | 11.909 | 9.790 |
| Impostos parcelados (a) | - | - | 1.681 | - |
| | 2.135 | 1.241 | 63.190 | 50.444 |

(a) Em 2009 a controlada Vianorte aderiu ao REFIS consolidando a dívida total, programa de parcelamento e de quitação de débitos tributários com remissão, redução de juros e anistia de multas, total ou parcial. A adesão ao programa visa equalizar e regularizar os passivos tributários por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações tributárias. Foram incluídos nesse programa os tributos federais (PIS e COFINS) sob discussão judicial, na opção de parcelamento em 30 meses, que conferiu à Sociedade anistia parcial de 90% da multa e redução de 40% dos juros sobre a dívida original. Assim sendo, o valor da dívida original consolidada é composto conforme segue:

| | 2011 | 2010 |
|-----------|-------|------|
| Principal | 1.355 | 326 |
| Juros | 326 | 326 |
| Total | 1.681 | 652 |

O saldo de impostos parcelados está sujeito a atualização monetária pelo índice de variação da Selic.

concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o índice de taxa de juros dos contratos de mútuo. 3.3. Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos. h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

| Geração de Caixa da Atividade | Serviço da Dívida | EBITDA |
|-------------------------------|------------------------------|--|
| (+) EBITDA | (+) Amortização de principal | (+) Lucro líquido |
| (-) Imposto de renda | (+) Pagamentos de juros | (+) Despesa/receita financeira líquida |
| (-) Contribuição social | | (+) Depreciações e amortizações |
| | | (+) Provisão para imposto de renda e contribuição social |
| | | (+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais |

i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES. j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pelas concessionárias nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. (k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses: (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico. (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES. (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente. (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos Contratos de Concessão. (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

Do acionista: a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oeração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão das concessionárias, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração das concessionárias ou em transferência do controle acionário das concessionárias, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador das concessionárias. b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social das concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico das concessionárias ou que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES. c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social das concessionárias, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto. d) Manter, durante a vigência do Contrato, suas atuais participações no capital social das concessionárias, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social das concessionárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES. e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos Contratos, a totalidade das ações emitidas pelas concessionárias. f) Na hipótese de extinção dos Contratos de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionárias ou ainda por falência ou recuperação judicial das concessionárias, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término dos Contratos de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a intervenção deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização. 1) Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenções deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado prazo. A Sociedade e suas controladas estão cumprindo todas as cláusulas dos contratos com o BNDES nas datas das Demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

17. Cauções Contratuais

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

18. Transações com Partes Relacionadas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------|-------------|------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Ativo circulante | | | | |
| Contas a receber - partes relacionadas: | | | | |
| Controladas: | | | | |
| Autovias (a) | 111 | 91 | - | - |
| Centrovias (a) | 110 | 93 | - | - |
| Intervias (a) | 111 | 114 | - | - |
| Vianorte (a) | | | | |

OHL Brasil

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

21. Patrimônio Líquido

a) O capital social em 31 de dezembro de 2011 é de R\$592.124 (R\$549.083 em 31 de dezembro de 2010) e está representado por 68.888.888 ações ordinárias sem valor real em 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrado a seguir:

| 2011 | | 2010 | |
|--------------------------------|-------------------|--------------------------------|------------------|
| Quantidade de ações subscritas | Participação – % | Quantidade de ações subscritas | Participação – % |
| Participes em Brasil S.L. | 41.333.326 | 60,00 | |
| Credit Suisse Hedging Griffo | 8.543.100 | 12,40 | |
| Skopos Adm. de Recursos Ltda. | 4.228.600 | 6,14 | |
| Kendall Develops S.L. | 3.444.445 | 5,00 | |
| Conselho de Administração | 107 | 0,00 | |
| Outros | 11.339.310 | 16,46 | |
| Total | 68.888.888 | 100,00 | |
| 2010 | | 2011 | |
| Quantidade de ações subscritas | Participação – % | Quantidade de ações subscritas | Participação – % |
| Participes em Brasil S.L. | 41.333.326 | 60,00 | |
| Credit Suisse Hedging Griffo | 7.942.000 | 11,53 | |
| Skopos Adm. de Recursos Ltda. | 5.344.300 | 7,76 | |
| Kendall Develops S.L. | 3.444.445 | 5,00 | |
| Conselho de Administração | 9 | 0,00 | |
| Outros | 10.824.808 | 15,71 | |
| Total | 68.888.888 | 100,00 | |

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora): Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos civis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2011 está demonstrado a seguir:

| 2011 | |
|--------------------------------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 390.424 |
| Reserva legal de 5% | (19.521) |
| Base de cálculo | 370.903 |
| Dividendos estatutários obrigatórios | 25% |
| Total | 92.726 |
| Dividendos Antecipados | (74.917) |
| Dividendos Proposto | 17.809 |
| Dividendos por ação | 1,34602 |

A administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2011, totalizando R\$102.486 mil a ser deliberado na assembleia geral ordinária.

22. Receitas

Estão representadas por:

| Consolidado | | |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| 2011 | 2010 | |
| Receita de serviços prestados | 1.898.802 | 1.631.185 |
| Outras receitas | 104.591 | 93.610 |
| Receita de serviços de construção | 896.233 | 617.827 |
| Total | 2.899.626 | 2.342.622 |

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

| Consolidado | | |
|------------------------|------------------|------------------|
| 2011 | 2010 | |
| Receita bruta | 2.899.626 | 2.342.622 |
| ISSQN | (109.055) | (91.618) |
| PIS | (13.179) | (11.269) |
| COFINS | (60.817) | (51.916) |
| Outras deduções | (4.455) | (3.290) |
| Receita líquida | 2.712.120 | 2.184.529 |

23. Custos e Despesas por Natureza

Estão representados por:

| Consolidado | | |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| 2011 | 2010 | |
| Custos | | |
| Custo de construção | 896.233 | 617.827 |
| Com pessoal | 104.446 | 105.318 |
| Serviços de terceiros | 149.865 | 143.551 |
| Depreciação/amortização | 185.224 | 161.714 |
| Custos com poder concedente | 33.745 | 30.355 |
| Seguros/garantias | 5.937 | 6.425 |
| Conservação | 92.068 | 79.153 |
| Provisão para manutenção em rodovias | 183.125 | 146.085 |
| Taxa fiscalização | 30.397 | 30.798 |
| Outros | 70.758 | 64.512 |
| Total | 1.751.798 | 1.385.738 |

| Controladora | | Consolidado | | |
|--------------------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | |
| Despesas | | | | |
| Com pessoal | 6.292 | 3.810 | 58.462 | 52.511 |
| Serviços de terceiros | 2.624 | 2.362 | 30.753 | 29.990 |
| Depreciação/amortização | 1.012 | 903 | 18.748 | 13.645 |
| Riscos civis, trabalhistas e fiscais | – | – | (2.488) | 1,661 |
| Seguros/garantias | 70 | 51 | 7.111 | 6,278 |
| Despesas com projetos | 1.815 | 1.080 | 1.815 | 1,080 |
| Consumos | 561 | 561 | 6.505 | 6,176 |
| Transportes | 218 | 210 | 2.804 | 1,448 |
| Outros | 3.926 | 2.701 | 26.889 | 17,727 |
| Total | 16.518 | 11.678 | 150.599 | 130.416 |

24. Resultado Financeiro

| Controladora | | Consolidado | | |
|--|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | |
| Receitas financeiras: | | | | |
| Juros ativos | 59.050 | 50.357 | 5.928 | 9.854 |
| Aplicações financeiras | 4.210 | 6.090 | 145.249 | 82.648 |
| Encargos Financeiros – reversão de ajuste avalor presente | – | – | 2.923 | – |
| Outras receitas | 6 | 12 | 2.410 | 145 |
| Total receitas | 63.266 | 56.459 | 156.510 | 92.647 |
| Despesas financeiras: | | | | |
| Encargos financeiros | (55.386) | (43.369) | (305.752) | (227.100) |
| Atualização monetária do ônus da concessão | – | – | (34.683) | (55.149) |
| Encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente | – | – | (7.831) | (9,054) |
| Outras despesas | (41) | (115) | (15.392) | (19,274) |
| Total despesas | (55.427) | (43.484) | (363.658) | (310.577) |

25. Demonstração dos Fluxos de Caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4. b) Informações suplementares

| 2011 | | 2010 | | |
|--|---|------|--------|--------|
| Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa: | | | | |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais | – | – | 29.248 | 61.015 |
| Integralização de capital | – | – | 93.162 | – |
| Juros capitalizados | – | – | 12.716 | 20.165 |

26. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 31 de dezembro de 2011 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é como segue:

| Controladora | | Consolidado | | |
|--|-----------|-------------|-----------|-----------|
| 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 393.259 | 291.672 | 600.946 | 434.851 |
| Alíquota vigente | 34% | 34% | 34% | 39% |
| Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente | (133.708) | (99.168) | (204.321) | (147.849) |
| Ajustes para a alíquota efetiva: | | | | |
| Equivalência patrimonial | 136.436 | 99.921 | – | – |
| Ágio amortizado e direito de outorga incorporado advindo de empresa cedida e incorporada | – | – | – | 10.987 |
| Juros sobre o capital próprio recebidos | – | (4.640) | – | – |
| Amortização do ágio não dedutível (Vianorte) | – | – | – | (2.074) |
| Crédito sobre prejuízo fiscal e prejuízos fiscais sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social | – | 1.144 | 2.139 | 4.198 |
| Outros ajustes | (5.563) | 126 | 5.632 | 4.136 |
| Despesa contabilizada | (2.835) | (2.617) | (196.550) | (130.602) |
| Despesas de imposto de renda e contribuição social: | | | | |
| Correntes | (2.835) | (2.617) | (191.254) | (147.243) |
| Diferidos | – | – | (5.296) | 16.641 |

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

Conselho de Administração

| Sérgio Silva de Freitas | Conselheiros: | José Maria Del Cuvillo Pemán | José Carlos Ferreira de Oliveira Filho |
|-------------------------|---|--|--|
| Presidente do Conselho | Enrique Weickert Molina Pedro Luis Cerize Felipe Ezquerro Plasencia | Juan Luis Osuna Gomes Tomás Garcia Madrid | Diretor Presidente Felipe Ezquerro Plasencia Diretor Vice-Presidente |

Parcer do Conselho Fiscal

Em reunião realizada nesta data, às 12:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da **Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.** ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes Deloitte Touche & Tohmatsu, por unanimidade **opina favoravelmente** à aprovação em Assembléia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 25 de abril de 2012, e com base no Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia com Docs. nº 1, 2 e 3, respectivamente), da destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$390.423.904,99 (trezentos e noventa milhões, quatrocentos e vinte e três mil, novecentos e quarenta reais e quarenta

27. Lucro por Ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------|-------------|---------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Básico | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 390.424 | 289.055 | 404.396 | 304.249 |
| Número de ações durante o ano | 68.889 | 68.889 | 68.889 | 68.889 |
| Lucro por ação – básico | 5,6674 | 4,1960 | 5,8703 | 4,4165 |
| Diluído | | | | |
| Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação | 390.424 | 289.055 | 404.396 | 304.249 |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação | 68.889 | 68.889 | 68.889 | 68.889 |
| Lucro por ação – diluído | 5,6674 | 4,1960 | 5,8703 | 4,4165 |

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

28. Instrumentos Financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital: A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado: Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue: Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas. Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI. Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|--------|-------------|-----------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Emprestimos recebíveis | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 18.448 | 76.906 | 1.178.454 | 1.168.288 |
| Partes relacionadas | 128.584 | 91.130 | 94 | 89 |
| Outras contas a receber | 530 | 337 | 3.668 | 4.797 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------|-------------|-----------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Passivos financeiros ao custo amortizado | | | | |
| Fornecedores | 1.213 | 183 | 113.541 | 71.124 |
| Empréstimos e financiamentos | – | – | 1.530.347 | 981.036 |
| Debêntures | – | – | 1.568.095 | 1.807.506 |
| Partes relacionadas | 486.594 | 438.271 | 932 | 816 |
| Cretores pela concessão | – | – | 351.292 | 375.705 |
| Outras contas a pagar | 175 | 119 | 11.404 | 20.773 |

Riscos de mercado: a) Exposição a riscos cambiais: Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da T.J.P., do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

| Indicadores | Cenário I (provável) | | Cenário II (+25%) | | Cenário III (+50%) | |
|-----------------------------------|----------------------|-----------|-------------------|-----------|--------------------|-----------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| CDI | 11,80% | 11,80% | 14,25% | 14,25% | 17,25% | 17,25% |
| Juros a incorrer (*) | (113.889) | (139.349) | (139.349) | (160.702) | (160.702) | (182.055) |
| Receita de aplicações financeiras | 115.621 | 144.295 | 144.295 | 172.970 | 172.970 | 201.645 |
| TJLP | 6,00% | 6,00% | 7,50% | 7,50% | 9,00% | 9,00% |
| Juros a incorrer (*) | (110.852) | (132.505) | (132.505) | (154.102) | (154.102) | (175.299) |
| IPCA | 6,16% | 6,16% | 7,70% | 7,70% | 9,24% | 9,24% |
| Juros a incorrer (*) | (67.453) | (73.555) | (73.555) | (78.048) | (78.048) | (82.541) |
| Juros a incorrer líquido | (176.553) | (201.114) | (201.114) | (219.882) | (219.882) | (239.345) |

Fonte dos índices: Relatório FOCUS – BACEN de 30/12/2011.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM. c) Risco de crédito: Esse risco advém da possibilidade de as controladas da Sociedade não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as controladas apresentavam valores a receber da empresa CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$91.376 e R\$76.950, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. d) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

| Modalidade | Taxa de juros (média ponderada) | 2015 em diante | | | | | Total |
|-------------------------|---------------------------------|----------------|----------------|----------------|---------|----------------|-----------|
| | | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2015 em diante | |
| Debêntures | 13,35 | 496.298 | 474.443 | 450.053 | 202.544 | 498.574 | 2.121.912 |
| BNDES | 7,53 | 142.859 | 164.043 | 163.916 | 163.618 | 1.392.700 | 2.027.136 |
| Finam | 8,32 | 9.949 | 11.395 | 12.992 | 13.463 | 194.425 | 242.224 |
| Cretores pela concessão | 5,30 | 64.845 | 65.051 | 67.896 | 56.011 | 187.248 | 441.051 |
| Leasing | 5,16 | 6.251 | 6.455 | 6.675 | – | 5.066 | 24.447 |
| Banco Volks | 16,63 | 90 | 90 | 52 | – | – | 232 |
| Total | | 720.292 | 721.477 | 701.584 | | | |